

Editorial

Pierre Bayle (1647–1706) é, sem dúvida, um dos pensadores mais originais do século XVII. Autor do Dicionário Histórico e Crítico, Bayle tornou-se um mestre da crítica e da ironia, exercendo uma reflexão livre sobre os problemas da razão, do erro e da crença, sendo conhecido o seu empenho contra a intolerância religiosa, num contexto marcado por intensas controvérsias confessionais — especialmente após a revogação do Édito de Nantes, em 1685. A influência de Bayle reverberou de modo profundo no século das Luzes, contribuindo para a formação de uma consciência ilustrada crítica e antidogmática. Pensadores como Voltaire, Diderot e outros encyclopedistas não apenas reconheceram a importância de sua obra, mas, em diversos aspectos, retomaram seu método céítico e sua atitude desmistificadora diante das pretensões da ortodoxia religiosa e filosófica.

No Brasil, embora ainda pouco estudado, Bayle tem merecido cada vez mais a atenção de estudiosos. Apesar disso, ainda são escassas as traduções, grupos de estudo e publicações dedicadas à sua obra. Este dossier busca preencher parte dessa lacuna, reunindo pesquisadores nacionais e internacionais para explorar as múltiplas dimensões de seu pensamento, que abordou temas essenciais para a filosofia moderna e contemporânea.

A controvérsia em torno do ceticismo bayliano é um dos temas tratados por Flávio Fontenelle Loque. Em “Bayle pirrônico? Considerações sobre ceticismo e tolerância no Comentário Filosófico”, o autor examina a defesa da tolerância por Pierre Bayle, contestando a interpretação predominante que atribui ao ceticismo a fundamentação dos direitos da consciência errante. O autor argumenta que Bayle não recorre ao ceticismo para igualar as consciências errante e ortodoxa, mas sim à noção de obrigação de consciência, entendida como um dever moral de seguir a própria consciência para evitar o pecado. O ceticismo surge apenas secundariamente, quando Bayle discute os limites da investigação humana e a ignorância invencível. Uma das contribuições importantes do artigo está em desvincular a defesa da tolerância de uma base céitica e centrá-la na consciência, o que permite até mesmo a dogmáticos serem tolerantes.

A intolerância religiosa foi o tema escolhido por Luiz Paulo Rouanet. Em “Entre a incompreensão e a intolerância: as raízes do extremismo no século XVII”, o autor analisa as raízes do extremismo religioso no século XVII, focando nos contrastes entre o Édito de Nantes (1598), que promoveu tolerância entre protestantes e católicos na França, e o Édito de Fontainebleau (1685), que revogou essa tolerância de forma brutal. Examina ainda dois discursos antagônicos: a Oração fúnebre a Michel de Tellier, de Bossuet, que exaltou a revogação, e o texto de Pierre Bayle, que criticou a hipocrisia da intolerância em ambos os lados. O interesse do artigo está na análise histórica e filosófica desses documentos, que realça como a imposição dogmática e a supressão do dissenso alimentaram conflitos violentos.

O artigo “Uma fé regulada pela razão: a crítica ao entusiasmo e o uso dos milagres na validação da revelação divina em Locke”, de Felipe Matos Lima Melo, examina a aparente tensão entre a rejeição lockeana do entusiasmo religioso — caracterizado por alegações de inspiração divina sem evidências — e sua defesa dos milagres como prova racional da revelação divina. O autor demonstra como Locke, no Ensaio sobre

o Entendimento Humano e em obras teológicas como *Um Discurso sobre os Milagres*, articula uma fé regulada pela razão, distanciando-se tanto do ceticismo radical quanto do dogmatismo. A contribuição central do artigo está em mostrar que, para Locke, os milagres são sinais externos passíveis de escrutínio racional, diferentemente das experiências subjetivas dos entusiastas.

O artigo de Marcos Ribeiro Balieiro, “Hume e as colônias americanas: moral, economia, política”, explora a visão de outro leitor de Bayle, David Hume, sobre as colônias britânicas nas Américas. O autor demonstra que, embora Hume considerasse o colonialismo britânico inevitável devido ao equilíbrio de poder europeu e ao desenvolvimento comercial, ele também reconheceu seus limites, especialmente no que diz respeito aos abusos financeiros, à opressão dos colonos e à escravidão. A análise baseia-se em *Ensaios Morais, Políticos e Literários*, na *História da Inglaterra* e em cartas de Hume. O ponto forte do artigo está na articulação entre a crítica econômica (como a dívida pública e a exploração colonial) e a reflexão moral (incluindo os efeitos degradantes da escravidão), sublinhando a complexidade do legado intelectual de Hume.

O problema do mal é destacado em pelo menos dois artigos do dossiê. Em “Bayle, o problema do mal e o reavivamento do maniqueísmo”, o autor, Rodrigo Brandão, examina a abordagem de Pierre Bayle ao problema do mal no Dicionário Histórico e Crítico, destacando sua estratégia de reabilitar o maniqueísmo não como defesa de um dualismo metafísico, mas como ferramenta retórica para expor os limites da razão diante de questões religiosas. Bayle utiliza o maniqueísmo para contrapor-se à teodiceia cristã tradicional, mostrando que a razão humana é incapaz de resolver a contradição entre a existência do mal e a ideia de um Deus benevolente e onipotente. O artigo enfatiza a separação entre fé e razão proposta por Bayle, que antecipa debates posteriores na Ilustração, como os de Voltaire e Kant. Uma das contribuições do texto está na análise da “fraqueza dialógica da razão”, que revela a incapacidade de sistemas filosóficos oferecerem respostas definitivas ao problema do mal, reforçando assim a posição singular de Bayle.

Todd Ryan, por sua vez, propõe um exame do debate entre Pierre Bayle e William King acerca da natureza do mal, com foco no conceito de “mal da imperfeição”. King, em *De Origine Mali* (1702), propõe uma distinção tripartite do mal: mal de imperfeição (ausência de perfeições), mal natural (dor e frustração) e mal moral (escolhas errôneas). Ele argumenta que a imperfeição é uma forma genuína de mal, pois a falta de atributos em seres criados — mesmo que não lhes sejam naturais, como asas em humanos — gera desarmonia no sistema cósmico. Bayle, por sua vez, contesta essa visão na *Réponse aux questions d'un provincial*, rejeitando a ideia de que a mera ausência de perfeição constitua um mal. Para ele, o mal só existe quando há consciência de sofrimento ou insatisfação, reduzindo-o às categorias de mal natural e moral. Ao revelar estas divergências, o artigo não apenas esclarece um capítulo negligenciado da filosofia moderna, mas também demonstra no detalhe aspectos relevantes da controvérsia entre Bayle e King sobre a natureza do mal e os limites da racionalidade.

Michael Hickson, em “Racionalismo, ceticismo e a coerência do *Commentaire Philosophique de Bayle*”, analisa a aparente contradição entre as duas partes do *Commentaire philosophique* (1686-88), argumentando que a transição de um racionalismo moral na primeira parte para um ceticismo prático na segunda não constitui uma incoerência, mas uma mudança deliberada de perspectiva. Enquanto a Parte I fundamenta a condenação da perseguição religiosa em princípios universais da razão e da moralidade divina, a Parte II defende que indivíduos sinceros em suas convicções — mesmo as errôneas — têm o direito e o dever de agir conforme sua consciência, incluindo casos em que isso legitima a perseguição (o “paradoxo do perseguidor”). O artigo é bem sucedido em mostrar como a solução não está na supressão do paradoxo, mas no engajamento racional para corrigir erros de consciência, preservando assim a tolerância como um projeto dinâmico e não estático.

O artigo de Fernando Bahr, “Teologia e ceticismo na primeira modernidade: Montaigne, Descartes, Bayle”, investiga as relações entre teologia e ceticismo na primeira modernidade, centrando-se em Montaigne, Descartes e Bayle, com ênfase no conceito de “superceticismo” proposto por Richard Popkin para caracterizar o pensamento

de Bayle. Uma das contribuições do estudo está em articular como Bayle, ao desenvolver o “superceticismo”, herda e radicaliza essa tradição, mostrando que a evidência racional não pode ser critério de verdade absoluta. Ao traçar paralelos e contrastes entre os três pensadores, Bahr evidencia uma linha argumentativa que articula continuidades e rupturas, especialmente no modo como cada autor concebe a ideia de Deus e a natureza da crença.

Em “Entre a razão e as paixões: Mandeville, Bayle e a desconstrução da moralidade ilustrada”, Bruno Costa Simões explora a crítica de Bernard Mandeville ao deísmo e ao racionalismo moral, destacando sua influência pelo ceticismo de Pierre Bayle. O autor argumenta que Mandeville desloca o debate teológico para o terreno das paixões humanas, demonstrando a inconsistência de uma moralidade baseada exclusivamente na razão. Enquanto o deísmo defendia uma religião natural desvinculada de dogmas e revelações, Mandeville, seguindo Bayle, enfatiza a natureza passional e hipócrita do comportamento humano, mostrando que a coesão social depende não da supressão dos vícios, mas de seu direcionamento estratégico. Esta análise não apenas enriquece a compreensão do pensamento de Mandeville, mas também situa sua obra no contexto mais amplo das discussões sobre moralidade, religião e sociedade no século XVIII.

O artigo de Giovanni Zanotti, “The Premodernity of Modernity. Kojève’s Reading of Bayle”, analisa a interpretação de Alexandre Kojève sobre Pierre Bayle, destacando como Kojève vê Bayle como uma figura de transição entre a pré-modernidade e a modernidade. Zanotti argumenta que, para Kojève, Bayle representa um impasse filosófico resultante de sua posição intermediária, que combina elementos de ceticismo e liberalismo político, mas que não alcança a consistência da visão de mundo desenvolvida posteriormente por Hegel e Marx. A contribuição decisiva do artigo está em elucidar como a leitura de Kojève sobre Bayle revela não apenas as limitações do pensamento bayliano, mas também lança luz sobre o próprio conceito de modernidade de Kojève, que rejeita o relativismo epistemológico e o pluralismo liberal em favor de uma verdade histórica e ativamente construída, culminando na ideia do “Estado universal e homogêneo”. Essa análise oferece uma perspectiva crítica sobre as bases epistemológicas e políticas da modernidade, destacando a tensão entre tolerância e autoridade no pensamento de Kojève.

Hume aparece novamente no artigo de Cesar Kiraly, “A Intolerância à melancolia em David Hume”. Nele, o autor elabora uma densa análise do conceito de melancolia na filosofia de David Hume, destacando seu papel como forma de consciência que oscila entre atividade e passividade, influenciando a percepção dos impasses históricos e políticos. Utilizando a metáfora do arco e da lira, inspirada em Heráclito, o autor explora a “tensão reversa” entre tolerar a melancolia — permitindo a elaboração reflexiva — e rejeitá-la, o que leva à antecipação de efeitos políticos imediatos e, muitas vezes, sectários. Um dos elementos chave do estudo reside na crítica à filosofia da história, especialmente à narrativa Whig, que Hume contrapõe com uma abordagem baseada na especulação audaz sobre circunstâncias particulares, evitando teleologias e generalizações abstratas.

O artigo “Pierre Bayle e a crítica como fundamento da liberdade moderna”, destaca a centralidade da crítica como fundamento da liberdade individual e da tolerância religiosa, a partir da análise de obras como o Dicionário Histórico e Crítico e o Comentário Filosófico. A proposta do texto consiste em recuperar traços centrais da filosofia de Bayle, especialmente a noção de crítica, e demonstrar como ela se articula com a defesa da liberdade de consciência e da tolerância. Ao explorar a crítica como método racional para questionar autoridades e tradições, a defesa da tolerância baseada na liberdade de consciência e a idealização da República das Letras como espaço de debate intelectual livre, o estudo evidencia que o pensamento de Bayle antecipa princípios modernos de direitos individuais e oferece bases para reflexões contemporâneas sobre os fundamentos da liberdade.

As traduções inéditas incluídas neste dossier representam contribuições fundamentais para os estudos filosóficos no contexto brasileiro, tanto pela originalidade dos textos selecionados quanto por suas implicações teóricas. A primeira tradução, “De Agostinho para Hermogeniano: introdução, tradução e notas à Carta 1”, de

Fabio da Silva Fortes e João Victor de Souza Silva, oferece acesso a um documento essencial do pensamento agostiniano, no qual o autor discute as críticas ao ceticismo acadêmico e reflete sobre a natureza da alma e os desafios epistemológicos de sua época. Ao contextualizar a carta dentro do debate filosófico do século IV d.C., a tradução não apenas enriquece os estudos patrísticos, mas também estabelece um diálogo implícito com as preocupações de Bayle acerca dos limites da razão e da natureza da alma, temas que perpassam sua obra.

A segunda tradução, de Marcelo de Sant'anna Alves Primmo, concentra-se no verbete dedicado a Matthias Knutzen no Dicionário histórico e crítico, destacando a defesa bayiana de uma moralidade autônoma em relação à religião. Ao analisar a figura de Knutzen — um dos primeiros filósofos a declarar-se ateu publicamente —, Bayle explora a possibilidade de uma ética secular fundamentada na consciência individual, desafiando as concepções tradicionais que vinculavam virtude e fé. Essa tradução é particularmente relevante para os estudos sobre o Iluminismo radical, pois evidencia como Bayle antecipou debates contemporâneos sobre secularismo e liberdade de pensamento em uma sociedade pluralista.

A importância dos textos aqui reunidos reside não apenas em seu valor filosófico intrínseco, mas também em seu potencial para estimular novas pesquisas no contexto brasileiro. Ao tornar acessível ao grande público fontes e debates pouco difundidos, estes escritos possibilitam um aprofundamento crítico de temas fundamentais do pensamento moderno. Para além de seu interesse histórico e teórico, é preciso reconhecer a atualidade de um pensamento que continua a interpelar os leitores do século XXI. Seja por sua forma livre — ora ensaística, ora cronista — que escapa a moldes formais rígidos, seja por seu método rigoroso, pautado no exame minucioso de posições antagônicas e na superação progressiva de contradições, o projeto filosófico de Bayle lança as bases do que será o grande edifício intelectual do século XVIII. Ao desenvolver múltiplas modalidades de crítica, sua obra ultrapassa as fronteiras europeias, revelando uma força reflexiva que permanece viva e relevante.

Maria Cecília Pedreira de Almeida (UNB)

Rodrigo Brandão (UFPR)